Este documento envolve obrigações trabalhistas ou de conformidade no local de trabalho que variam conforme o estado (nos EUA) e o porte do empregador. É apenas um ponto de partida geral, não aconselhamento jurídico, e deve ser revisado por um advogado trabalhista habilitado no seu estado antes do uso.

Acordo de confidencialidade do empregado

Este Acordo é celebrado em [Data] entre [nome da empresa] (a "Empresa") e [Nome — Empregado] (o "Empregado").

1. Informações confidenciais

"Informações confidenciais" são as informações não públicas relacionadas aos negócios da Empresa que o Empregado conheça ou produza durante o vínculo empregatício, incluindo segredos comerciais, planos de negócio, informações financeiras, listas de clientes e fornecedores, preços e informações técnicas ou de produtos.

2. Obrigações

O Empregado compromete-se a: (a) usar as Informações confidenciais somente para exercer suas funções; (b) protegê-las com cuidado razoável; e (c) não divulgá-las a ninguém fora da Empresa sem autorização, tanto durante o vínculo empregatício quanto após o seu término.

3. Exceções

Não são consideradas Informações confidenciais aquelas que: sejam de domínio público sem culpa do Empregado; já fossem conhecidas pelo Empregado sem dever de sigilo; ou devam ser divulgadas por exigência legal (caso em que o Empregado avisará a Empresa com antecedência razoável antes de cumprir a exigência, quando a lei permitir).

4. Atividades protegidas

Nada neste Acordo impede o Empregado de denunciar possíveis violações da lei a um órgão governamental, participar de uma investigação governamental ou conversar com colegas de trabalho sobre salários, jornada ou condições de trabalho, na medida em que a lei proteja essas condutas.

5. Devolução de materiais

Mediante solicitação ou com o término do vínculo empregatício, o Empregado devolverá todos os documentos, dispositivos e demais materiais que contenham Informações confidenciais.

6. Medidas cabíveis

O Empregado reconhece que o descumprimento deste Acordo pode causar danos difíceis de reparar apenas com dinheiro, e que a Empresa poderá requerer uma ordem judicial (medida liminar) além de qualquer outra medida cabível.

7. Lei aplicável

Este acordo é regido pelas leis do Estado de [Estado].

Assinaturas

Ao assinar abaixo, cada parte concorda com estes termos.

[Nome — Empregado] ("Empregado")

Assinatura:_____ Nome: _____ Data: _____

[Nome — Empregador] ("Empresa, representada por")

Assinatura:_____ Nome: _____ Data: _____

Este modelo é um ponto de partida geral, não aconselhamento jurídico: deve ser personalizado e revisado para cada situação.